



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UnB Planaltina – FUP
Licenciatura em educação do campo – LEdoC

HALANNA FERREIRA DA SILVA

ABUSO SEXUAL DE MENINAS KALUNGA

Planaltina – DF

2015

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UnB Planaltina – FUP
Licenciatura em educação do campo – LEdoC

HALANNA FERREIRA DA SILVA

ABUSO SEXUAL DE MENINAS KALUNGA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), sob orientação da professora Joelma Rodrigues da Silva.

Planaltina – DF

2015

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a. : Joelma Rodrigues da Silva
(Orientadora)

Prof. MS.: Djiby Mané
(Membro Interno)

Prof. Dr. : Rafael Vilas Boas
(Membro Interno)

Dedico este trabalho a todas as mulheres da minha família, a minha pequena Madu, e às mulheres Kalunga do município de Cavalcante-GO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar sempre comigo, por sempre me conceder força e ânimo para continuar a jornada nesses estudos.

As meninas e mulheres Kalunga, que confiaram em mim para que eu pudesse estudar a fundo suas histórias de vida.

A minha filha Maria Eduarda, que na sua pureza de criança soube entender que era preciso o afastamento, e que com ele viriam muitas conquistas.

Aos meus familiares, em especial a minha mãe, Alexandrina, que é educadora do campo, e muito contribuiu para que eu viesse a motivar-me mais na realização deste curso.

Ao meu namorado Emisael que muito me ajudou nessa jornada, que apesar dos desafios se propôs a pensar comigo e me ajudar nessa busca de histórias de vida tão sofridas.

Aos meus professores e funcionários que trabalham na esfera formativa da LEdoC, que estiveram presentes comigo em todos esses anos.

A Universidade de Brasília por esta oportunidade e a cada mentor desta proposta pedagógica direcionada a formação docente para o campo.

Agradeço imensamente a minha orientadora, professora Joelma, que muito auxiliou na construção deste trabalho de pesquisa, que me ajudou a abrir espaço para novas concepções referentes ao meu tema de estudo, fazendo com que o assunto viesse a ganhar rumos ainda mais profundos do que eu esperava. De maneira que, ela motivou-me a fortalecer a problematização da questão dos abusos sexuais que estão presentes no cenário do município de Cavalcante, de forma a pensar a relação da Escola do Campo na luta contra essa situação.

A Josélia, mulher de inteligência imensurável, que esteve sempre ao meu lado durante este trabalho.

Aos meus colegas de curso que dividiram comigo muitos momentos bons e tristes, enfim, agradeço a cada um pela companhia, e saudades desses tempos serão inevitáveis.

Ao Programa de Iniciação a Docência – PIBID, que abriu espaços para que eu pudesse me inserir nas escolas e conhecer as vivências dos educandos através do letramento.

“Nossas vidas começam a terminar no dia em que permanecemos em silêncio sobre as coisas que importam.”

Dr. Martin Luther King.

I. LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	28
Tabela 2 –	29

RESUMO

Este trabalho tem como premissa investigar a realidade das formas de abuso sexual de meninas Kalunga no município de Cavalcante (GO). Dessa maneira, é possível verificar, criticamente, a presença do racismo e da violência direcionada à mulher negra no local, tendo como base alguns fundamentos metodológicos e teóricos que ajudaram a estudar o assunto e especialmente a partir da pesquisa de campo efetuada junto a quatro mulheres da comunidade Kalunga do Vão de Almas que já enfrentaram abuso sexual, bem como por meio dos posicionamentos de uma representante do Ministério Público. Ao ser considerada a existência de registros de casos de exploração sexual neste local, é evidenciado que a necessidade do estudo e do debate sobre esta questão não se esgota em uma só discussão, mas é preciso que cada vez mais isto seja colocado em análise nos meios educacional e social.

Palavras-Chave: Meninas Kalunga. Abuso Sexual. Mulher Negra. Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
1.1 HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA HUMANIDADE.....	15
1.2 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENORES E MULHERES.....	16
1.3 O MITO DA DEMORACIA RACIAL.....	19
1.4 O FEMINICÍDIO AO BRASIL E AS FORMAS DE PRECONCEITO CONTRA A MULHER NEGRA	21
1.5 TRÁFICO DE PESSOAS: MULHERES.....	23
1.4 CASOS REAIS DE ABUSO SEXUAL DE MENINAS KALUNGA EM CAVALCANTE.....	24
1.4 A INFLUÊNCIA DA ESCOLA DO CAMPO NO COMBATE AO ABUSO SEXUAL DE MENORES.....	30
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA.....	32
2.1 TIPOS DE PESQUISA	32
2.2 INSTRUMENTOS.....	33
CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO DO ESTUDO.....	35
3.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO GRUPO ESTUDADO.....	35
3.2 ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO: O QUE DIZEM AS MENINAS KALUNGA.....	36
3.3 ANÁLISE DE DADOS DE CAMPO: PERCEPÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CAVALCANTE.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICES.....	50

INTRODUÇÃO

O povo Kalunga é uma comunidade de negros originalmente formada por descendentes de pessoas escravizadas que fugiram do cativeiro e organizaram um quilombo, a cerca de 300 anos atrás, num dos lugares mais bonitos do Brasil, a região da Chapada dos Veadeiros, no nordeste de Goiás.

A comunidade Kalunga abrange três municípios, Cavalcante, Teresina e Monte Alegre de Goiás, com mais de 253 mil hectares de cerrado protegido, é a maior comunidade remanescente de quilombo do mundo, com cerca de 7.000 mil habitantes que só tiveram contato com a “civilização” há menos de 30 anos (COSTA, 2013).

O Vão de Almas é uma localidade de difícil acesso que possui cerca de 800 pessoas distribuídas em 250 famílias, as quais vivem do cultivo do solo, e de recebimentos do Programa Bolsa família do Governo Federal e de aposentadorias conquistadas a muito custo por alguns dos moradores na condição de lavradores (SANTOS, 2015). Esta região é repleta de quênios, de rios e da predominante vegetação cerrado, sendo que o Vão de Almas encontra-se há aproximadamente 80 km da sede municipal (cidade de Cavalcante-GO), de forma que é quase impossível visitar a localidade se não houver um veículo com tração para subir as altas dimensões montanhosas (SANTOS, 2015). O local não possui saneamento básico, energia elétrica, e entre outros benefícios que possam garantir a infraestrutura básica para que as pessoas do local possam ter conforto e qualidade de vida no ambiente onde residem, estando as meninas kalunga expostas a diversas formas de violência.

É importante destacar que o Vão de Almas possui uma escola que hoje trabalha com a ministração do ensino fundamental (1ª e 2ª fase) a crianças e jovens que residem em seu contexto, sendo esta instituição denominada de Escola Municipal Santo Antônio que também compreende parte da extensão kalunga (Colégio Estadual Elias Jorge Cheim). É possível compreender que a existência de uma escola nessa localidade, faz com que seus moradores tenham muito orgulho de estarem ali, mesmo diante dos desafios diários que enfrentam, e isso foi resultado de muitas lutas, de maneira que entre os precursores é possível observar a presença de alunos que também concluíram o curso de Licenciatura em Educação do Campo, entre eles,

destaco a minha colega e tia Maria Pereira (a popular Marisa) e o seu Esposo José de Marisa, que possuem uma verdadeira história de luta em torno da busca por uma escola no Vão de Almas.

Toda a área ocupada foi reconhecida oficialmente em 1991 pelo Governo Federal, como Sítio Histórico que abriga o Patrimônio Cultural Kalunga, parte essencial do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro. Esta história começa há mais de 300 anos, foi quando o território que é hoje o Estado de Goiás começou a ser conquistado pelos colonizadores portugueses que, à procura de ouro exploravam os negros e os mantinham em cativeiro. Cansados de serem explorados fugiram e se refugiaram entre serras e morros para se livrarem de seus opressores. Mesmo correndo risco de serem pegos, os escravos fugiam em busca da liberdade, refugiando-se na região da Chapada dos Veadeiros.

O povo Kalunga permanentemente se organiza para superar e sobreviver às condições impostas pelo sistema de ensino tradicional, todos desejam ver seus filhos, netos, bisnetos estudando e tendo um futuro melhor do que seus ancestrais.

O território Kalunga é o local da convivência, das relações sociais, simbólicas e de sua memória. Assim, os Kalunga “reconhecem a herança cultural e local de vivência com suas características naturais, como definidores de seu grupo social e de sua identidade territorial” (ALMEIDA, 2010, p.43).

Dessa forma, Almeida (2010) permite observar que, o povo Kalunga é constituído por homens e mulheres, que possuem uma identidade própria e defendem ideais de vida que os singularizam em relação às outras culturas existentes na sociedade brasileira como um todo.

O território kalunga apresenta substancialmente uma convivialidade, ou seja, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra enquanto constrói sua identidade cultural. A identidade cultural é composta por elementos que, juntos, formam um todo integrado e interrelacionado, como a língua, a história, o território, os símbolos, as leis, os valores, as crenças e outros elementos tangíveis incluindo a tecnologia (ALMEIDA, 2010, p.49).

Assim, é pelo reconhecimento de sua própria cultura e pela relação com seu espaço de vivência que as comunidades kalunga nutrem a memória coletiva. A memória é um elemento essencial da identidade. A memória do grupo representa formação e representação da cultura e identidade de um povo.

As experiências de homens e mulheres, ao serem redimidadas, pela memória, criam condições para se escrever no presente os apelos do passado. Assim, a (re) construção das experiências permite refletir sobre seus significados nas ações da vida cotidiana onde a história transcorre.

Nas memórias estão presentes identidades que se manifestam ao serem (re) construídas, numa ação libertadora. Nessa ação “não só o que foi dito e feito e reconstruído, mas também o que foi sonhado, o que foi desejado e ficou reprimido” [...] reconstruir memórias permite que outras histórias sejam escritas. Infinitas historicidades são evocadas. Desse modo, pluraliza a presença dos sujeitos na cena social e histórica; rompe exclusões dando a história um caráter plural, democrático, onde cada homem e cada mulher pode ver sua experiência de vida registrada como algo importante e como parte da história. (SARAIVA, 2010, p.3)

A reflexão de Saraiva (2010), ajuda a entender que, no espaço da memória as experiências adquiridas no cotidiano dos sujeitos do campo podem ser reconstruídas e registradas, visto que, cada pessoa tem a sua relevância para a formação da história social de onde encontra-se inserida.

A principal atividade econômica das famílias Kalunga é a agricultura familiar com fins de subsistência e o plantio da mandioca para a produção de farinha comercializada nas cidades vizinhas. O cultivo da terra é feito de forma manual, baseado no uso de enxadas e foices, não há nenhuma utilização de irrigação ou qualquer tipo de fertilizante. O trabalho da roça é feito por homens, mulheres e crianças, desde o plantio até a colheita. Nesse contexto percebe-se que as mulheres desempenham um papel econômico fundamental no meio familiar, sendo inserida em todas as atividades exercidas pelos homens.

O tema em estudo busca uma abordagem mais ampla e consciente de como a mulher negra é vista na sociedade, procurando assim desmistificar certos “conceitos” inculcados no “ser mulher”.

Este trabalho busca analisar a discriminação da mulher negra no seu meio social, no que tange aos açoites sofridos e à violência sexual, pretende, ainda, investigar a realidade de maneira minuciosa buscando verificar a dinâmica dos crimes sexuais cometidos contra meninas negras na/da comunidade Kalunga Vão de Almas.

Para Silva (2013),

(...) a violência sexual contra criança é a exarcebadação da violência de gênero, não é a exceção, é a sua reafirmação paroxística. Faz parte da nossa normalidade patológica. Por essas e outras razões o futuro do grupo é preservado quando do estupro, é também pelos mesmos motivos que o grupo providencia apropriações (não menos violentas) dos corpos infantis violados. (SILVA, 2013, p.40).

Pensar em violência de gênero é pensar as marcas que são deixadas na pessoa violentada durante toda a vida. Marcas essas que mudam a personalidade, o comportamento o rumo da vida de quem passa por essa violência.

Igualmente, para cada idade, há um universo de pureza e mácula, de possíveis morais. A mácula que impregna uma criança estuprada, tira-lhe o status de criança, inserindo-a num universo maculado (a existência do que é lido como ato sexual), sujo (a presença da triologia suor/semem/sangue), desordenado (crianças não devem ter acesso ao exercício sexual). Ao ser estuprada a criança tem sua infância maculada, ou seja, é afastada do seu mundo infantil, se inserindo num meio social que não se enquadra com sua realidade, tendo seu comportamento totalmente modificado em consequência do que lhe aconteceu. (SILVA, 2013, p.42)

O apontamento de Silva (2013) possibilita entender que, a violência sexual direcionada à criança acaba por manchar a sua vida, e por destruir a sua infância.

Tendo em vista que vivemos em um país onde a população é composta por uma diversidade de raças e culturas, há uma grande dificuldade em admitir que constituímos uma sociedade racista; pois o racismo é algo inaceitável e cruel e poucos gostariam de ser identificados de tal maneira.

Portanto, este trabalho visa contribuir para o esclarecimento de que devemos ser todos iguais em direito, isto é, nem a cor da pele, nem o sexo devem favorecer, nem privar um ser humano de seus direitos e deveres na sociedade. Nesse aspecto é relevante considerar que, a exploração sexual da mulher negra termina por ser uma forma de afrontar a igualdade de sexo e a liberdade de viver.

A discriminação racial da mulher negra e o abuso sexual direcionado a esta são sem sombra de dúvida um mal terrível, uma doença letal que vem corroendo as entranhas da sociedade brasileira desde o início da sua fundação. É pertinente lembrar que sua causa está no sentimento da superioridade do homem em relação à mulher, e à mulher negra em particular.

Enfim, o objetivo geral deste trabalho é verificar a dinâmica dos crimes sexuais contra meninas na/da comunidade Kalunga Vão de Almas. Em relação aos objetivos específicos estes intercalam em torno de identificar as ocorrências de crimes sexuais contra meninas na/da comunidade Kalunga Vão de Almas; de analisar os mecanismos culturais que favorecem a ocorrência desses crimes; de apreender os desdobramentos desses crimes no cotidiano da comunidade e das meninas e de propor estratégias de enfrentamento aos crimes sexuais.

A metodologia empregada neste estudo baseia-se especialmente na pesquisa de campo, tendo-se a utilização da pesquisa bibliográfica e do foco da pesquisa qualitativa para atingir os objetivos pretendidos. Para tanto, utilizou-se um roteiro de entrevistas semi-estruturado, o qual foi aplicado a quatro jovens quilombolas de Cavalcante e a uma representante do Ministério Público local.

O interesse por este tema de trabalho nasceu através dos estudos potencializados dentro do curso de LEdoC, que acabaram por me abrir caminhos para reflexões que encontram-se além do espaço escolar, ou seja, que fazem parte de problemas sociais que envolvem a realidade da comunidade kalunga Vão de Almas, e que possui direta relação com o cenário educativo, sendo que, abordar sobre violência sexual de meninas kalunga deve fazer parte das discussões da educação local, sendo isso uma forma de dar ênfase a busca pela resolução desta problemática.

O capítulo I deste trabalho aborda sobre as bases teóricas empregadas neste estudo, especialmente quanto a violência sexual, influência da escola do campo no combate ao abuso sexual, de maneira a expressar e discutir processos reais encontrados sobre casos referentes no município de Cavalcante – GO.

O capítulo II desenvolve a parte metodológica, fazendo-se uma breve descrição do tipo de pesquisa e instrumentos empregados nesta produção científica.

O capítulo III apresenta os resultados dos estudos advindos por esta pesquisa, de maneira a se descrever os achados por intermédio da pesquisa de campo realizada com 04 meninas da comunidade Kalunga do Vão de Almas que foram vítimas de abuso sexual e também com a promotora de justiça, representante do Ministério Público de Cavalcante.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta a parte da pesquisa bibliográfica que permite sustentar teoricamente os estudos desenvolvidos nesta pesquisa em torno da questão do abuso sexual de meninas kalunga. Inicialmente é feita uma análise da história da violência sexual na humanidade e no Brasil (CHARAM, 1997). Trata-se ainda da violência contra mulheres e menores, e da realidade deste fato no município de Cavalcante (GO), sendo posteriormente discutida a questão da interferência da escola do campo na luta contra este problema social.

1.1 A HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA HUMANIDADE

Conforme Charam (1997), a violência sexual é um problema histórico e social que, por exemplo, compreende o período da mitologia Greco-Romana, onde muitas mulheres eram raptadas para satisfazer aos interesses dos deuses, como é o caso de Zeus e Júpiter e entre outros nomes mitológicos. Como é colocado por Charam (1997), na remontagem das ideias desses povos antigos, as ações de estupro e violência sexual eram aspectos frequentes e realizados de forma natural pelos deuses.

O estudo da mitologia ajuda a compreender as constantes sexuais que se dão em todos os tempos e em todos os povos, por afastados que se encontrem entre si, demonstrando a orientação geral, portanto biológica do comportamento humano fundamental. Siva na Índia e o andrógino na Grécia recordam a bissexualidade. Estas duas grandiosas teogonias descrevem a mesma feminilidade e masculinidade que hoje conhecemos com poetização da conduta sexual e descrevem também as parafilias, os desvios sexuais como para tranquilizar a humanidade, mostrando que todas essas condutas são também próprias dos deuses (CHARAM, 1997, p.48).

Segundo é demonstrado por Charam (1997), a conduta sexual desviada de padrões que dizem respeito ao resguardo do direito do outro e, especialmente da mulher na história da humanidade apoiou-se por muito tempo na percepção de que a violência sexual era algo a ser respeitado ou pelo menos amenizado na sociedade,

visto que, até os deuses praticavam atos relacionados a isto para satisfazerem aos interesses individuais e físicos, próprios do instinto humano.

Segundo expressa Charam (1997, p.41), “os mitos da Grécia e Roma sobre a violência sexual nada têm a ver com aspectos de moralidade pública e privada, nem como expectativa de valores elevados”.

Assim, Charam (1997), delinea vários tipos de culturas presentes na humanidade e que terminaram por fortalecer ou por criticar as formas de sexualidades existentes.

Nesse sentido, o autor destaca o caso ocorrido na Grécia em 1988, em que o primeiro ministro grego, Andreas Papandreu, terminou contraindo relações sexuais fora do casamento, este fato gerou várias controvérsias no período pela própria sociedade, visto que neste país a fidelidade conjugal acabava por ser um aspecto de grande relevância, principalmente em se tratando do governante, sujeito que deveria ser um exemplo em sua conduta moral na sociedade.

A mesma situação tem acontecido no Brasil, onde muitos nomes de referência social estão sendo evidenciados em escândalos de exploração ou violência sexual. Enfim, é possível compreender que os atos de abusos praticados em países como a Grécia também encontram-se inseridos no contexto da pequena cidade de Cavalcante, onde há evidências de casos de denúncias contra vereadores em exercício que cometeram atos libidinosos, e apesar dos escândalos, encontram-se ainda como sujeitos de referência e respeito pela história política que tiveram.

1.2 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENORES E MULHERES

Segundo Zavaschi, et al (1990) *apud* Charam (1997), existem mitos e fatos quando o assunto é o abuso sexual de crianças. Entre os mitos, estão as ideias de que este crime é raro, de que somente pessoas de classe social menor é que sofrem com esta situação, de que as crianças mentem ou fantasiam os casos, de que somente o contato físico em si seria prejudicial a vida da criança, de que a criança tem a capacidade de seduzir o infrator, e de que o não falar do assunto com a vítima fará com que estas o esqueça.

Em relação aos fatos, esses autores, discorrem que, o abuso sexual pode acontecer em até 10% de famílias, sendo tal ato um elemento que pode acontecer com pessoas que estão nos distintos grupos sociais, religiosos ou educacionais, e mais, o abuso sexual é um fato que acontece a pessoas de todos os sexos e idades, apesar deste fator predominar sobre meninas e mulheres.

Outros fatos que os autores apontam são os de que as crianças não costumam mentir sobre uma situação de abuso sexual, contudo, é mais fácil que por medo estas omitam detalhes da violência. Esse último posicionamento faz com que seja possível entender que há muitos aspectos que não são repassados pela criança violentada, sendo preciso a realização de uma perícia que consiga observar os traços e os sinais que possam falar um pouco mais do que a vítima (AZEVEDO et al, 2000).

Conforme Charam (1997), a violência sexual direcionada aos menores de idade corresponde a um contato sexual forçado, sendo este cometido através de uma pessoa com maioridade penal ou não.

Na visão de Charam (1997), o contato sexual e conseqüentemente a violência física, psicológica e moral são exercidos por alguém que possui poder de mando ou de força sobre o outro mais vulnerável. Nessa perspectiva, o autor ressalta que muitas são as ações que dizem respeito a esta forma de abuso, entre essas destacam-se:

- Violação sem toques no corpo, tais como exibicionismo, ou seja, exposição indecente das partes sexuais do adulto ante a criança;
- Comunicação para objetivos imorais, como chamadas telefônicas obscenas;
- Voyeurismo, ou seja, observar uma criança no banheiro, no banho ou na intimidade;
- Abusos com toques corporais, tais como: manipulação com a mão, estimulação bucal, genital e anal;
- Estupro;
- Exploração da criança através de ganhos financeiros pela pornografia e prostituição;
- Suborno: “vou deixar você ir na pracinha se você deixar...”;
- Ameaças de: machucar a criança, ex.: “você está precisando levar uma surra”;
- Prejuízo para a pessoa que abusa: “se você contar, eu irei para a cadeia”;
- Retirada de afeto: “não vou mais gostar de você se...”;
- Problema na família: “sua mãe vai ficar muito sentida se você contar para ela”;
- Tirar vantagem da falta de conhecimento da criança e de sua dependência: “Isto é Ok. Todo mundo faz”, “estou ajudando você a ficar mais adulto”, “qual é o problema, você não gosta de mim?” (CHARAM, 1997, p. 200-201).

As posições acima apresentadas sobre as formas de violência e de abuso sexual revelam várias situações que demonstram a conduta do explorador de vulneráveis, aspectos estes que apesar de obscuros até a descoberta do fato ou da efetuação de denúncias junto aos órgãos de defesa à criança e ao adolescente, terminam por repercutir negativamente na vida pessoal e social das vítimas.

Para Silva 2013,

é possível pensar as violências perpetradas contra as mulheres/meninas escapando a lógica minimalista e naturalizadora do patriarcado que faz com os corpos femininos sejam percebidos e vividos como área a ser dominada, possuída, escravizada, conquistada e destruída. Uma violência demarcada no social, entretanto, esperada, quase naturalizada no destino e cotidiano das mulheres. Alcançar as representações que constroem nossos corpos “de mulheres”, desmistificando-as; expor as chagas que constituem o ser feminino; afirmar que construímos nossa existência de mulheres a partir das violências (simbólicas e materiais) que nos atingem, entender a urgência de apontar outras direções tentando impedir que nossas meninas continuem sendo “preparadas” para satisfazer o Outro e que o feminino permaneça simples complemento/acessório. (SILVA, 2013: p.15)

As palavras de Silva (2013), reforçam as perspectivas tidas por muitos grupos que lutam contra a exploração sexual de mulheres, de certa maneira, observa-se que, a questão cultural exerce influências diversas sobre o modo de pensar do infrator e da sociedade em relação a vítima, de forma que, todas as vezes o machismo reforça as condutas imorais contra a feminilidade. Sendo que nesta condição, o ser criança e o ser mulher ainda são situações que trazem uma percepção de inferioridade.

Conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), muitas são as formas de expressão da violência contra a mulher, de maneira que, esta ocorre frequentemente de modo intrafamiliar ou doméstica, sendo caracterizada por abusos de natureza física, psicológica e sexual, sendo estes atos exercidos por indivíduos pertencentes à família da vítima ou que tenham determinado nível de proximidade afetiva com a mesma.

Violência sexual é a que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou participar de relações sexuais forçadas por intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal – por exemplo, estupro, sedução, atentado violento ao pudor e ato obsceno. A violência sexual provoca transtornos físicos e psicológicos, especialmente quando envolve crianças e adolescentes. É crime e, como toda forma de violência contra a mulher, deve ser denunciada. (BRASIL, 2015, p.9)

O que é observado, logo acima, ajuda-nos a entender a crueldade que caracteriza a violência sexual contra a mulher, de maneira que em se tratando disso

está presente a ideia de agressividade e de imposição de poder de um gênero sobre o outro.

Observamos a partir de dados do Ministério da Saúde que, é muito relevante que as mulheres que enfrentam essas formas de violência passem a ter coragem de denunciar os abusos sofridos, sendo importante a compreensão de que existe lei que as protege e que dá a elas livre arbítrio para lutarem pela liberdade, como é o caso da Lei Maria da Penha, que termina por amparar às vítimas de vários tipos de violência, entre essas, a moral, psicológica, física, e patrimonial (BRASIL, 2015).

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), a violência sexual contra a adolescente pode conduzir a doenças e à gravidez precoce e sem planejamento. Isso acaba por refletir em outros aspectos, como no uso de drogas, abandono dos estudos, ingresso no mercado de trabalho muito cedo, e desinteresse em realizar o acompanhamento da gestação (por exemplo, o pré-natal).

1.3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Conforme apresenta Moura (1988), acredita-se que o Brasil é considerado a maior democracia racial existente no mundo, justamente pelo fato de que existe a percepção que as nações colonizadas, como é o caso de nosso País, que teria maior disposição para que os seus habitantes mantivessem relações íntimas com grupos étnicos distintos o que terminou por proporcionar maior miscigenação em seu contexto social.

Contudo, para Moura (1988), o caso da miscigenação não limita-se unicamente a realidade da formação social brasileira, mas no mundo inteiro não existe uma raça pura, ou seja, que não tenha ligação biológica com a outra.

A percepção de haver uma democracia racial consiste na ideia de que politicamente pessoas de todas as cores deveriam ter o mesmo nível de aceitação social e consecução de direitos na sociedade, não havendo neste contexto quaisquer vestígios de preconceito ou discriminação em torno de aparências ou distinções dos grupos étnicos (MOURA, 1988).

Em 1980 através de senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observou-se que, as pessoas ao serem questionadas sobre suas cores, estas acabaram por criar para si mesmas várias nomenclaturas de cores, entre essas:

“acastanhada, agalegada, alva, alva escura, alvarenta, alva-rosada, alvinha, amarelada, amarela-queimada, amarelosa, amorenada, avermelhada, azul, azul-marinho, baiano, bem branca, bem clara, bem morena, branca pálida, etc.” (MOURA, 1988, p.63). Na análise deste autor, foram dadas ao IBGE o quantitativo de cento e trinta e três cores, que acabaram por demonstrar que existe sempre a fuga do brasileiro em relação a cor negra, ou seja, ninguém se autodeclarou neste senso como negro, mas sempre conduziu a sua etnia a cor considerada dominante e superior, a saber, a cor branca.

Conforme Moura (1988), a condição do Brasil como nação miscigenada não auxiliou na conquista da democracia racial ou na igualdade social, pois o que acabou por permanecer na cultura ideológica dos brasileiros foi a visão de que o negro, descendente de escravos, oriundo de uma raça inferior não pode jamais ocupar o mesmo lugar do branco. Dessa forma, homens e mulheres que possuem cor mais aproximada da negra foram ao longo da história colocados à margem dos benefícios sociais, ao passo que cada vez mais a sociedade nacional busca escapar de ser negro, na ideia de livrar-se no preconceito e da humilhação (MOURA, 1988).

O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial? Significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não-brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que, a nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza, e inferioriza de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. (MOURA, 1988, p.63)

O que é apontado por Moura (1988), acaba por reforçar que a democracia racial termina por escamotear uma realidade de preconceito ao negro ainda não superada, de maneira que a ideia de que não existe racismo por sermos uma nação miscigenada acaba por ser uma farsa criada pelo próprio pressuposto de se ter um povo igualitário.

Enfim, compreende-se que, o desejo se ter uma nação homogênea permeou a formação histórica da realidade brasileira, de maneira que a proposta eurocentrista dominante dava preferência ao embranquecimento da população, como forma de fazer com que a cor negra aos poucos fosse exterminada do Brasil, e assim, o essa forma de preconceito subsistiu ao longo dos séculos no País, dentro desta esfera, a mulher negra é vitimada e alvo de humilhação, sendo relevante considerar este assunto dentro do estudo temático abordado.

1.4 FEMINICÍDIO NO BRASIL A AS FORMAS DE PRECONCEITO CONTRA A MULHER NEGRA

A partir de Cunha (2014), observa-se que o feminicídio¹ e o espacamento costumam existir em razão do gênero dos sujeitos e da condição de superioridade do homem em relação à mulher no Brasil. De modo que, a maioria das vezes as vítimas assassinadas possuem determinado nível de relação próxima com o agressor, ou seja, este pode ser seu pai, irmão, tio, avó, esposo/companheiro, ou mesmo filho, que terminaram por sentirem-se feridos pela independência ou ascensão que a mulher passou a ocupar na sociedade, deixando esta de exercer o papel estabelecido dentro do sistema de mundo machista (CUNHA, 2014).

Nos julgamentos de femicídio, foram identificadas duas lógicas opostas. A primeira estava presente na Defesa, a qual exibia a vida da vítima em seus mínimos detalhes para demonstrar que esta não desempenhava adequadamente o papel próprio de uma boa esposa, mesmo quando o casal já estava separado. De modo geral, os principais argumentos utilizados para inocentar o acusado eram: a legítima defesa da honra, a coação irresistível, a embriaguez completa e a imprudência e a negligência do agressor. Os dois primeiros argumentos revelam a justificção da violência pelo comportamento da mulher, que agrediu a honra do acusado ou que o coagiu a matá-la. Neste sentido, procura-se traçar o perfil da vítima alegando que ela era fria, não amava o acusado, impedia-o de ver os filhos, queria separação, era infiel, não cumpria com os deveres domésticos, trabalhava demais e abandonava o marido. (CUNHA, 2014, p.164)

Como é expresso por Cunha (2014), dentro dos casos de feminicídio, existem argumentos que são utilizados como forma de escape para o preconceito que existe por trás dos motivos que levam o infrator a cometer o crime contra a mulher, devendo isso ser visto como uma verdadeira manifestação de supremacia de um gênero sobre o outro.

Além do feminicídio, que compreende a própria morte da mulher, outras formas de destruição do ser feminino podem ser identificadas no Brasil, entre essas as formas de violências que acabam por criar seqüelas que levam muitas vítimas ao suicídio ou a renúncia de suas próprias vidas, isso em consequência dos transtornos psicológicos causados através do infrator, que termina por humilhar e reduzir a mulher a uma condição de extrema inferioridade (CUNHA, 2014).

¹ “Morte de mulheres em razão do gênero, simplesmente por serem mulheres” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2015). Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/femicidio/7365/>. Acesso em: 10 dez.2015.

Em se tratando de formas de preconceito, analisa-se que este encontra-se presente em muitos pontos da vida e história da mulher no Brasil e no mundo, especialmente da mulher negra, que por muitas vezes sofre o desrespeito por ser mulher e por ser negra numa sociedade disfarçada de democracia racial (HIRATA, 2014).

O interesse teórico e epistemológico de articular sexo e raça, por exemplo, fica claro nos achados de pesquisas que não olham apenas para as diferenças entre homens e mulheres, mas para as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, como fica claro nos trabalhos realizados no Brasil, mobilizando raça e gênero para explicar desigualdades salariais ou diferenças quanto ao desemprego (cf. Guimarães, 2002; Guimarães e Britto, 2008). A partir dos dados da PNAD 1989 e 1999, Nadya Araujo Guimarães mostra que, considerando sexo e raça, os homens brancos possuem os salários mais altos; em seguida, os homens negros e as mulheres brancas; e, por último, as mulheres negras têm salários significativamente inferiores. (HIRATA, 2014, p.63)

As escalas de preconceito que encontram-se sobre a história da mulher negra encontra-se presente não somente nas relações de convivência entre esta e o homem, mas isso é evidenciado através de Hirata (2014), no campo do emprego, do salário e das ocupações sociais, de maneira que esta é colocada em último lugar se comparada ao homem branco, ao homem negro e à mulher branca. Esse aspecto também serve para compreendermos a dimensão pela qual se fortalecem as algemas do racismo e do desrespeito pela mulher (negra) no País.

Ainda em relação ao preconceito podemos elencar o filme “cor púrpura” discutido por Silva (1980), neste observamos cenas de fortíssimos traços de inferiorização da mulher, em especial da mulher negra, de forma que “Celie”, personagem principal da trama representa a imagem de muitas mulheres até o início do século XX, que eram reduzidas a condição doméstica, sendo servil e colocada numa posição de pequenez frente à posição de superioridade masculina.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 acaba por ser ferido especialmente se considerar-se que, no Brasil, homens e mulheres ainda não desfrutam de direitos iguais, e o feminicídio e a violência contra a mulher são provas reais de que existe desigualdade de gênero, e que o caso de abuso sexual contra meninas kalunga pode ser um indício de que formas de supremacia masculina podem estar vigorando neste espaço.

1.5 TRÁFICO DE PESSOAS: MULHERES

Ao se tratar de abuso sexual contra mulheres, não se pode eximir desta discussão a questão do tráfico de pessoas, visto que, essa situação está fortemente relacionada com o próprio contexto histórico nacional, no qual o processo de escravatura potencializou essa cultura tanto em âmbito interno quanto de natureza externa, de forma que há crianças, homens e especialmente mulheres que são levados para a exploração sexual no Brasil e no exterior (BRASIL, 2006).

Embora tenha surgido há séculos, o tráfico de seres humanos vem, nas últimas décadas, e particularmente nos últimos anos, tornando-se um problema de dimensões cada vez maiores, a ponto de ser chamado por muitos de a forma moderna de escravidão. O tráfico de pessoas é realizado com diferentes propósitos. Além da exploração na indústria do sexo, a forma mais disseminada e denunciada, existem outros destinos para as vítimas: trabalho sob condições abusivas, mendicância forçada, servidão doméstica e doação involuntária de órgãos para transplante. (BRASIL, 2006, p.10)

Vimos acima que, as diferentes finalidades que norteiam o tráfico de pessoas no mundo caminham sempre no propósito de beneficiar sempre outrem que encontra-se numa posição de superioridade, o que leva-nos a refletir, inclusive, sobre a luta de classes que envolve essa realidade.

Apesar da grande maioria ser formada por mulheres adultas, crianças e adolescentes, também, em menor número, homens são visados pelos traficantes. Com frequência quase diária, a mídia revela casos de seqüestro e exploração em todas as partes do mundo. Mais e mais, o combate ao tráfico de pessoas se apresenta como uma questão prioritária para a comunidade global: a grande maioria dos países é afetada por esse fenômeno. Nações e organizações internacionais, governamentais e não governamentais, estão unindo-se para criar programas e adotar leis severas contra esse crime. (BRASIL, 2006, p.10)

Tendo por base essas colocações, deve-se refletir sobre o fato de que, o tráfico de pessoas com finalidade de exploração sexual por ser um problema social que afeta várias partes do mundo, precisa ser alvo de constante discussão e de efetivação de políticas de combate a este fenômeno que marginaliza e destrói os sonhos das principais vítimas, que são as mulheres (BRASIL, 2006).

O tráfico de pessoas é visto como sendo:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (BRASIL, 2006, p.12).

Nos últimos tempos, cada vez mais programas surgem em busca de se efetivar a defesa dessas mulheres, entre estes o Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas (PNCTP), mas observa-se que, apesar de tantas lutas, no Brasil existem grupos que trabalham com operações de tráfico em várias regiões, entre essas o Estado de Goiás, onde as vítimas são iludidas com promessas de trabalho e melhoria de vida, ilusão que leva muitas jovens ou adolescentes a saírem em direção a outras cidades ou países (BRASIL, 2006).

1.6 CASOS REAIS DE ABUSO SEXUAL DE MENINAS KALUNGA EM CAVALCANTE

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás², representado pelo poder judiciário da comarca de Cavalcante, dá provas de que casos de abuso sexual de meninas kalunga é um fato real e que tem recebido a devida punição nas sentenças apresentadas.

Tomemos como ponto analítico a ação penal que se encontra nos autos nº 201000332866, cujo relatório foi apresentado em 19 de junho de 2015. No caso apresentado, observa-se que a sentença é desfavorável ao infrator João Edeltrudes Moreira, o qual terminou por infringir os artigos 207-A³ e art. 71 do código penal brasileiro.

Conforme é apresentado no documento da sentença, o infrator acusado e condenado manteve conjunção carnal com uma menina kalunga, sendo esta menor de 14 anos de idade, de maneira que tais práticas ocorreram durante os anos de 2008 e 2009 na comunidade do Vão de Almas, tal qual é possível observar no relato logo abaixo:

² BRASIL (2015).

³ Art. 217-A: Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos (BRASIL, 2015).

[...] Consta da peça informativa que no ano de 2008, a vítima [...], estava lavando vasilha no Rio Capivara quando o acusado chegou, e, agarrando-a, deitou a menor no chão, tirou-lhe a roupa e passou a beijá-la na boca. Outra vez, no mesmo local acima mencionado, o acusado derrubou novamente a menor, tirou-lhe a roupa, deitou sobre a mesma, acariciou-lhe passando a mão em seu peito, e, após, penetrou o pênis em sua vagina. Tal fato se repetiu por várias vezes. No dia 04 de novembro de 2009, novamente, o acusado derrubou a vítima pegando-a por trás e ordenando que a mesma sentasse sobre o seu órgão sexual. Na ocasião o acusado introduziu o pênis na vagina da menor. Durante os fatos o acusado oferecia a quantia de R\$ 20,00 (vinte reais) à vítima e, às vezes dava-lhe balinhas para a mesma. A vítima tinha apenas 12 anos quando do início dos autos [...]⁴.

Os relatos acima são fortíssimos, e, detalham uma situação de abuso sexual sofrido por uma menina kalunga na zona rural do município de Cavalcante-GO. Contudo, observa-se que somente após seis anos do ocorrido é que o infrator foi devidamente condenado, sendo várias as marcas deixadas na vida desta vítima. É importante problematizar aqui a lentidão do processo não só em Cavalcante, mas em todo o País, sendo que, existem na instância nacional inúmeros casos que merecem atenção e celeridade, porém o sistema burocrático auxilia no engavetamento de casos ou na demora em julgar muitos desses.

O relatório dos autos em questão ressalta que, a denúncia partiu da própria menina que, ao ter a oportunidade de ir à cidade, por já não suportar a situação, procurou a delegacia de polícia de Cavalcante e registrou a ocorrência, sendo esta devidamente acompanhada pelo conselho tutelar local, e a denúncia foi levada pelo ministério público ao juiz, de forma que desde 2009, o caso já encontrava-se em tramitação.

Entre os depoimentos apresentados, foram considerados como fundamentais o relato da vítima e as provas materiais que comprovaram o delito cometido contra a menor de idade. Também contribuíram de forma suplementar os relatos e registros orais transcritos das falas de uma conselheira tutelar e da mãe da vítima, sendo que esta última afirmou que o acusado costumava seguir a menina para molestá-la.

O caso exposto pelo Tribunal de Justiça de Goiás⁵, acaba por ser mais uma demonstração da perversidade que acontece no meio social que envolve o abuso sexual de meninas kalunga.

⁴ BRASIL, 2015.

⁵Ibid, pp.7

Mudando-se de caso, tratemos agora do caso “Jorge Cheim/PSD”, exposto pelo Jornal Tribuna News, neste o referido vereador, ex-prefeito e esposo da atual vice-prefeita do município de Cavalcante–GO, foi acusado de estuprar uma menina kalunga, menor de 13 anos de idade, este fato, conforme é pontuado pelo delegado local, não existem dúvidas quanto a sua veracidade, havendo provas materiais que alicerçam as declarações feitas pela menor e testemunhas. Contudo, ainda não há diretriz sobre o andamento e fechamento deste processo que, parece ser acobertado ou mantido na famosa “maré mansa”, sendo que conforme o jornal, este é um dos casos que mais tem manchado a política do estado de Goiás.

Conforme o Jornal Tribuna News⁶, que teve sua publicação em abril e maio de 2015, muitas providências tem sido tomadas pelo poder público municipal, na esfera executiva e judiciária, em busca do combate aos abusos e violações dos direitos das crianças e adolescentes da comunidade kalunga de Cavalcante. Perante a realidade de crimes de natureza penal que têm sido evidenciados no local, o poder executivo estadual tem cobrado do município uma melhor estruturação das unidades de polícia da referida comarca, além de considerar que há necessidade de se estabelecer o trabalho de profissionais de psicologia para acompanhar as vítimas em busca da superação dos traumas causados pela violência sexual, física e psicológica sofrida (JORNAL TRIBUNA NEWS, 2015).

Segundo o Jornal, a Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (CSPALG) articulará meios para que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realize um maior acompanhamento dos casos de abusos sexuais de crianças e jovens kalunga, esta decisão foi tomada em conjunto com a prefeitura municipal de Cavalcante, com o ministério público local, com representantes das instâncias federais e estaduais, e com pessoas da comunidade através de audiência pública que foi realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM).

A audiência pública mobilizou cerca de 300 pessoas na antiga sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no município. A reunião contou com participação significativa de integrantes da comunidade, em especial da população kalunga, que teve também a oportunidade de apresentar denúncias a assessores da CDHM em uma audiência em separado, que ocorreu concomitantemente ao evento municipal. Além das autoridades federais, estaduais da população, participaram dos debates o prefeito, o delegado Diogo Luiz Barreira, de Alto Paraíso que está

⁶JORNAL TRIBUNA NEWS, 2015, p.11

respondendo pela comarca, a presidente do Conselho Tutelar do Município, Evani Soares de Souza, e representantes da OAB-GO (JORNAL TRIBUNA NEWS, 2015, p. 11).

Como podemos verificar, logo acima, as instâncias governamentais já possuem o entendimento de que o município de Cavalcante-GO está em estado de atenção no que diz respeito aos abusos contra crianças e jovens Kalunga, e, de certa forma o importante será que as decisões tomadas através desta audiência para o combate a estes crimes sejam de fato colocadas em prática e possibilitem maior vigilância em saúde, educação e ética na sociedade, de maneira a proteger vulneráveis, tal qual se defende nas manifestações do mês nacional de combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes, especialmente no dia 18 de maio. Mas, de certo modo, se pode considerar que, a atitude de defesa a este público precisa ser constante.

As tabelas abaixo demonstram um resumo da lista de processos de violência sexual que se deram em Cavalcante entre os anos de 2003 a 2015:

LISTA DE PROCESSOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL 2003/2015
COMARCA DE CAVALCANTE (atualizada até o dia 29/09/15)

FASE	AUTOS	TIPO PENAL	ANO	SITUAÇÃO	NOME
EXECUÇÃO PENAL	200703918286	Vulnerável	2003	Regime Aberto (c. pena)	ALCENOR
	200703836727	Vulnerável	2003	Foragido	HORMELINDO
	200403073302	Estupro	2003	Foragido	ROGÉRIO
	200694674427	Vulnerável	2005	Prisão domiciliar	SANTO
	201403477773	Vulnerável	2007	Foragido	MAURÍLIO
	200904960301	Vulnerável	2007	Foragido- Aguard. prisão	NELSON
	201100673100	Vulnerável	2010	Semiaberto (c. pena)	DIRCEU
	201001850666	Vulnerável	2010	Foragido-Aguard. prisão	ALDENI
	201303379397	Vulnerável	2012	Fechado (c. Pena)- CLS	FELISBERTO
AÇÃO PENAL	<u>200303371344</u>	Vulnerável	2003	Audiência dia 20/11-13:30	DIONISIO
	200604132500	Vulnerável	2006	Carga ao MP	JOÃO WELITON
	200604530158	Vulnerável	2006	Vista ao MP	GERCINO
	200604523976	Vulnerável	2006	Audiência-20/11-09:00	DOMINGOS
	200604523828	Vulnerável	2006	Audiência-20/11-09:00	DOMINGOS
	200703928389	Vulnerável	2007	Recurso no TJ – Sent. Cond	BENIGNO
	<u>200901888324</u>	Vulnerável	2009	Audiência- 19/11- 15:00	JILVAN
	200901325672	Vulnerável	2009	Sent. de extinção por óbito	LUZENIR
	<u>201000332866*</u>	Vulnerável	2010	Aguard. Pagamento custa	JOÃO EDEL.
	<u>201000330642*</u>	Vulnerável	2010	Carga ao MP ^{OK}	CARLOS
	201101651894	Vulnerável	2011	Carga ao Advogado	JOSÉ ESTERIO
	201103207711*	Vulnerável	2011	Audiência dia 30/11-11:00	DARLON
	201104929672	Vulnerável	2011	Audiência dia 30/10-08:30	RAYANE
	<u>201102335171*</u>	Vulnerável	2011	TJGO	ADEMAR
	201203142360	Vulnerável	2012	Sent. transitada em julgado	JOAQUIM
	201300909832	Vulnerável	2013	Aguard. Pub. Edital	GERALDO
	201303886256	Estupro	2013	CLS	VANDERLEI
	201303000533	Vulnerável	2013	CLS	EDERSON
	201303581803*	Estupro	2013	Carga ao Advogado	ALDIR
	201404146940	Vulnerável	2014	Audiência-30/10-13:00	FIRMINO
	201401843063	Vulnerável	2014	TJGO	NACÉLIO
	201404763656	Estupro	2014	Audiência-30/11-14:00	ANTONIO
	201404764199	Vulnerável	2014	CLS	OZEMAR
	201403881957	Vulnerável	2014	Aguar. Dev. CP	WEVERSON
	201404714345	Vulnerável	2014	Carga ao MP-CB	JORGE ELIAS
	201501341922	Vulnerável	2015	Arquivado	ISMAEL
	201501342104	Vulnerável	2015	Carga ao MP - ?	EUCIONE

Tabela 1 – Processos de Violência sexual em Cavalcante.
 Fonte: Ministério Público de Cavalcante, 2015

CONCLUSÃO	
AÇÕES PENAIIS: 27	
EXECUÇÕES PENAIIS: 09	
ESTUPROS: 04	
ESTUPROS DE VULNERÁVEL: 32	
VÍTIMAS DA REGIÃO KALUNGA: 05	(processos com asterisco)
TOTAL DE PROCESSOS REFERENTES À VIOLÊNCIA SEXUAL: 36	
<p>P/ Audiência já designada: Designar audiência: Sentenças Condenatórias (Dr. Lucas): - condenatórias: - de extinção:</p>	

Tabela 2 – Conclusão dos processos penais em Cavalcante – GO
Fonte: Ministério Público de Cavalcante, 2015.

Como pode ser observado, muitos são os casos de violência sexual em Cavalcante, de maneira que algo evidente é o sexo dos infratores, ou seja, dos autores dos crimes, todos são do sexo masculino.

1.7 A INFLUÊNCIA DA ESCOLA DO CAMPO NO COMBATE AO ABUSO SEXUAL DE MENORES

Segundo Crochik e Fernandes (2011) a escola tem um papel fundamental na luta contra a violência sexual e no apoio as vítimas deste crime.

As escolas têm de subsidiar as famílias, nas quais ocorre a violência sexual, procurar ajuda de instituições parceiras; em primeiro lugar, acolher a criança e a família; a proposta não é punir, mas ajudar a família a enfrentar o problema. (CROCHIK; FERNANDES, 2011, p.87)

Em se tratando de uma Escola do Campo é possível compreender que, muito além de ensinar a ler e a escrever, a escola precisa contextualizar a realidade onde os educandos estão inseridos, em se tratando do caso das meninas kalunga, imaginemos o quanto a presença de uma instituição ligada aos alunos na comunidade rural poderia ter ajudado a evitar os casos de violência sexual que passaram a ocupar o cenário de várias localidades rurais e quilombolas de Cavalcante – GO (MOLINA, 2010).

Na percepção de Molina (2010) a Educação do Campo surge na perspectiva de compreender a necessidade de formação e de construção de sujeitos ativos no contexto social do campo, esta vem ainda para diminuir a necessidade do êxodo rural, de modo que, um dos compromissos assumidos através da mesma é a construção de um ensino igualitário e significativo para a vida do aluno no campo, potencializando que o mesmo permaneça e evolua em seu próprio local de origem.

Em se tratando da prevenção da violência ou dos abusos sexuais, é possível compreender que, por intermédio da Educação do Campo, os sujeitos que ali residem podem ser educados e levados a valorizar o questionamento dos problemas sociais, e a partir disso com estas os educadores podem, inclusive, elencar a questão do abuso social, fazendo com que possíveis vulneráveis sejam detectadas e problemas

maiores sejam evitados, sendo esse fator uma forma de representar a transformação social no campo através de um ensino realmente emancipatório, como bem destaca Molina (2010) em relação as questões que fazem parte da prática educativa da verdadeira Educação do Campo.

Conforme Abrapia (2002) *apud* Brasil (2004, p.1):

A prevenção primária é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra crianças. Através da prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade.

Considerando o caso das escolas do campo, é preciso pensar que, essas instituições podem realizar a prevenção primária para que formas de violência contra as crianças sejam evitadas.

Segundo Rocha (2004) as escolas podem ser fortes armas de denúncia de casos de abusos e violências sexuais contra crianças e adolescentes, de maneira que é confirmado que pelo menos 8% das denúncias desses tipos de crimes vêm das unidades escolares. Conforme a autora, essa atitude da escola em denunciar é algo importante por demonstrar que a ação de vigilância está sendo de alguma forma realizada.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente capítulo discorre sobre a metodologia que foi empregada ao longo da realização desta pesquisa sobre o abuso sexual de meninas kalunga, de maneira que, precisamente trataremos do tipo de pesquisa e instrumentação seguida para atingir-se aos objetivos do estudo.

2.1 TIPO DE PESQUISA

Segundo apontam Gerhardt e Silveira (2009) a atividade de pesquisa está diretamente relacionada à busca de uma resposta a determinada pergunta levantada sobre um dado problema na realidade humana e social. Portanto, para as autoras, o desejo de pesquisar sobre um assunto não pode ser considerado suficiente para que o pesquisador realize a pesquisa de natureza científica, carecendo de que este obtenha conhecimento sobre a área escolhida para tal ação.

No que se refere aos métodos de pesquisa entende-se que:

[...] methodos significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica (FONSECA *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.12).

Ainda para Gerhardt e Silveira (2009) a metodologia da pesquisa relaciona-se com o caminho a ser percorrido para se alcançar um determinado objetivo proposto através do pesquisador. Nesse sentido, a metodologia termina em ser fundamental para o progresso dos estudos abordados numa pesquisa justamente por orientar o planejamento da investigação.

Quanto à abordagem, a pesquisa pode ser do tipo qualitativo, ou quantitativo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), sendo importante frisar que, a pesquisa qualitativa não prende-se expressivamente aos dados numéricos, mas sim preocupa-se com o

questo da compreensão mais aprofundada do grupo que está sendo analisado. Enquanto isso, a pesquisa quantitativa tem como foco quantificar os resultados obtidos tendo em vista a objetividade da proposta.

Na pesquisa desenvolvida sobre o tema “O abuso sexual contra meninas negras da comunidade Kalunga Vão de Almas”, utilizou-se da pesquisa qualitativa para a análise dos dados pertinentes ao tema, sendo aplicadas também as pesquisas bibliográfica e de campo para a coleta de dados.

A escolha desses tipos de pesquisas vem de encontro ao que se pretende com a investigação dos abusos sexuais e também do racismo em relação à mulher negra, entendendo-se que, quantidades apenas, não abordarão profundamente a problemática a ser discutida, sendo preciso um estudo mais detalhado para a compreensão mais ampla da temática proposta.

2.2 INSTRUMENTOS

Para Creswell (2010) um pesquisador que opta pelo tipo de pesquisa qualitativa procura ter qualidade até mesmo no uso dos instrumentos a serem utilizados para a investigação, de forma que este não costuma se fazer ausente durante a pesquisa. Nesse aspecto, o instrumento escolhido está sempre ligado a ideia de que este investigador esteja presente.

Alves-Mazzoth e Gewandsnajder (1998) afirmam que, no procedimento de uma pesquisa de natureza qualitativa, ocorre o uso de vários instrumentos, tendo-se como premissa o aprofundamento e entrevista sobre o tema abordado.

Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p.36) a “elaboração de instrumentos para a coleta de dados deve ser submetida a testes para assegurar sua eficácia em medir aquilo que a pesquisa se propõe a medir”.

Segundo afirma Oliveira (2010), o pesquisador numa pesquisa qualitativa acaba por ser o primeiro e principal instrumento a ser utilizado na realização da abordagem que está a ser analisada. Nesse sentido, este pesquisador tem uma relevante bagagem de experiência e cultura que termina por complementar a sua escolha de estudo e desenvolvimento temático, o que termina de ser preenchido pelo emprego de instrumentos como: Observação e entrevista (OLIVEIRA, 2010).

Ainda para Oliveira (2010), a observação e a entrevista são vistas de forma integrante, sendo que no caso da observação existe uma possibilidade de melhor analisar o grupo estudado, além de ser um recurso que o pesquisador pode utilizar a fim de obter evidências de vários aspectos que envolvem o referido público, de maneira que o trabalho de coleta de dados é possível através de: anotações, vídeos, gravação de áudio, etc., levando-se em conta que, a apresentação dos dados pode-se valer da etnografia, da pesquisa-ação e do estudo de caso.

Doutra sorte, segundo Oliveira (2010), a entrevista que também pode se amparar das mesmas formas de apresentação de dados que a observação obtém necessariamente três formas ou tipos que podem ser aplicados na pesquisa qualitativa, a saber, a entrevista estruturada, que envolve perguntas já formuladas pelo pesquisador; a entrevista aberta, que não tem perguntas pré-selecionadas, ou seja, as anotações são livres e acontecem a partir de diálogo com o entrevistado; e a entrevista semi-estruturada, a qual permite perguntas subjetivas e não somente fechadas (OLIVEIRA, 2010).

No trabalho de pesquisa realizado para o estudo sobre o abuso sexual de meninas kalunga na atual sociedade, foram utilizados os instrumentos da observação e da entrevista semi-estruturada, devido a ambas potencializarem uma melhor coleta de dados para a pesquisa qualitativa.

Foi selecionada uma amostra de 04 (quatro) mulheres/meninas quilombolas kalunga pertencentes ao município de Cavalcante (GO), e de uma representante do Ministério Público de Cavalcante – GO, que foram questionadas a partir do ideal da pesquisa qualitativa fazendo-se o uso de um roteiro de entrevista semi-estruturado. Além do mais, a situação real do abuso sexual contra mulheres negras na sociedade local será um dos pontos a ser detectado a partir do exercício instrumental da observação e análise da percepção do grupo pesquisado no local.

CAPÍTULO III

RESULTADOS E DISCUSSÃO DO ESTUDO

Este último capítulo discorre sobre os dados obtidos ao longo da realização da pesquisa junto a quatro jovens quilombolas e uma representante do Ministério Público de Cavalcante (GO), de forma que, a partir de suas respostas em relação às questões expostas, serão feitas as respectivas análises e discussões.

3.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO GRUPO ESTUDADO

Foram pesquisadas quatro mulheres/meninas Kalunga que enfrentaram situações de violência sexual na infância ou na adolescência, cujos nomes encontram-se preservados nesta pesquisa. Quanto a faixa etária das mesmas, observou-se que, as pesquisadas atualmente têm idades entre 17 e 20 anos.

Todas essas meninas não residem mais no contexto social urbano da cidade de Cavalcante, de forma que estão vivendo isoladas nas roças ou em localidades vizinhas, visto que o problema terminou por gerar traumas às mesmas e afetar a vida destas na sociedade.

Essas meninas mal chegaram a concluir o ensino fundamental, de maneira que, encontram-se marginalizadas dentro do processo educativo, ou seja, não estão participando da escola no local onde vivem. Sendo relevante considerar que, o abuso sexual exerceu nestas a exclusão educativa e social.

Quanto ao aspecto profissional, estas jovens mulheres, vitimadas por situações de abuso sexual, acabam por não estarem exercendo nenhuma ocupação fixa no mercado de trabalho, de forma que essas trabalham em atividades domésticas ou que estão relacionadas com o cultivo do solo onde se encontram. Estas terminam por retirar mensalmente uma quantia menor que um salário mínimo, vivendo com o apoio de familiares ou de seus próprios afazeres diários.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO: O QUE DIZEM AS MENINAS KALUNGA?

Ao serem questionadas sobre a 1ª pergunta do roteiro de entrevista (Você já ouviu falar em abuso sexual?) todas essas mulheres consideraram que sim, que isso é algo que conhecem bem, pois foram vítimas de abusos advindos de pessoas que nunca imaginaram que um dia poderiam fazer qualquer mal as mesmas.

A 2ª pergunta (Você já sofreu algum tipo de abuso sexual ou conhece algum caso dessa espécie em sua localidade?) foi respondida de forma marcante e forte por cada uma dessas mulheres, sendo que todas afirmaram não só conhecer casos de abuso sexual como também já foram vítimas de situações de abusos.

Uma dessas mulheres, que vamos identificar aqui como vítima 1, cuja setença encontra-se nos autos 201000332866 do Tribunal de Justiça de Goiás, diz ter sido abusada ainda quando tinha 14 anos de idade no Povoado Kalunga Vão de Almas, sendo que a situação é narrada por esta da seguinte forma:

Eu tava lavano vazia no rio Capivara, quando o homi chego, me agarrrou, me jogou no chão e começou o serviço, foi contra a minha vontade, eu fiquei muito machucada, num tinha pra que pedir socorro (Vítima 1).

Ao analisarmos o que acontece a vítima 1, é possível verificar que a falta de segurança e infraestrutura no Vão de Almas (SANTOS, 2015; COSTA, 2013) acaba por possibilitar as infrações contra as meninas que se veem numa situação de indefesa diante do criminoso, isso se tomarmos por base o fato de que a criança não tinha para quem pedir socorro no momento em que estava vulnerável à agressão (CHARAM, 1997).

A vítima 2 disse ter sido abusada quando ainda tinha 08 anos de idade, de maneira que, a mesma salientou que um protético do município de Cavalcante-GO cometeu o crime por três vezes durante os momentos que esta ia até seu consultório para tratar dos dentes. Esse caso de natureza penal pública encontra-se inserido nos autos nº 30/2003 do Ministério Público Estadual. Esta mulher, que foi vítima de abuso sexual narra o seguinte:

Eu era muito pequena, tinha uns oito ano de idade na época, vinha tratar dos dentes na cidade quando “aquele dentista” ficava me alisano e me oferenceno dinheiro para ficar com ele, eu não sabia o que era aquilo, ele falava bem baixo dentro do consultório, e eu ficava com medo, ele apruzeitava disso e mandava ver. (Vítima 2)

O que acontece à vítima 2 compreende o que Cunha (2014) destaca como imposição de um gênero sobre o outro, de maneira que, nesta esfera, uma criança (do sexo feminino e negra) é inferiorizada perante a força de um homem que tenta usar como poder de barganha, o dinheiro, e ainda, este expressa em sua atitude o desprezo por sua origem social, como se a jovem, na época uma criança, se sentisse na condição de vender a si mesma pelo fato de ser pobre, embora conforme Charam (1997) existe a visão de que nem sempre a questão social, econômica, ou étnica definem a vítima, pois todos estão sujeitos a enfrentar isso na vida. No entanto, podemos refletir sobre o seguinte: Será que o preconceito em torno do gênero, da cor e da classe social não estaria vigorando nesta situação? (MOURA, 1988).

A mulher, que é figurada aqui como vítima 3, afirmou ter sofrido abuso sexual por parte de um homem que era vereador em Cavalcante – GO no período de 2010, estando a ação penal registrada sob o nº 201100998793 na Promotoria de Justiça de Cavalcante. É relevante considerar que esta jovem tinha apenas 11 anos de idade quando tudo aconteceu, conforme é descrito pela mesma:

Foi assim, eu sou kalunga, lá do Vão de Almas, sabe? Eu vim pra cidade pra estudar, num tinha donde ficar, sabe? O vereador mostrava ser boa pessoa, e minha família aceitou que eu morasse na casa dele. Mas um dia quando eu tava limpando o banheiro da casa dele, quando a mulher dele tinha saído, ele aproveitou e abusou de mim na própria cama dele, eu fiquei muito mal, senti muita dor, eu num queria que isso tivesse acontecido comigo. (Vítima 3)

Quando colocamos em pauta a situação da vítima 3 é tolerável a reflexão de que uma forma de tráfico de pessoas pode estar vinculado a saída desta da zona rural para a zona urbana (BRASIL, 2006). Outra questão que faz parte desta discussão é a imposição de um gênero sobre o outro, de forma que, o acusado pode ter se aproveitado de sua posição social e força para molestar a jovem que encontrava-se em sua dependência (CHARAM, 1997; MOURA, 1988; CUNHA, 2014).

A vítima 4, representou um caso bastante chateador para qualquer leitor, esta afirmou ter sido vítima de abuso sexual por parte do próprio pai, de maneira que a mesma reproduziu em suas palavras um pouco do que lhe aconteceu, estando a sentença registrada no protocolo nº 201002430741 do Ministério Público Estadual:

Eu fui violentada por meu pai desde quando eu tinha 10 anos de idade, ele só parou com isso quando eu tinha 14 anos. quando eu procurei a justiça. Esse homem, que eu não quero chamar de pai, pelo que me

fez de ruim, me obrigava a ficar com ele, e tentava me molestar (Vítima 4).

A vítima 4 que tinha 14 anos quando foi violentada pelo próprio pai acabou por provocar um dano fortíssimo sobre sua vida, de maneira que, a violência física levou a jovem a sentir o impacto psicológico e social que a atitude do próprio pai, umas das pessoas mais próximas que se pode ter, lhe causou (SILVA, 2013).

A 3ª pergunta (Qual é a faixa etária dessas mulheres?) foi respondida de forma igual por essas jovens mulheres, as quais tomaram por exemplo elas mesmas, assim, consideraram que a faixa etária das meninas abusadas está entre 08 e 14 anos de idade, pois nesta fase a menina ainda é muito imatura, talvez curiosa, e isso acaba por despertar interesse nos pedófilos.

As próprias jovens, pela experiência que possuem da vida social e dos agravos que sofreram e registraram em suas memórias, em decorrência do abuso sexual, conseguem construir suas percepções de mundo a partir das perguntas feitas (ALMEIDA, 2010; SARAIVA, 2010) e que acabam por registrar um pouco de suas realidades históricas. A faixa etária das vítimas apontada por estas corresponde até mesmo aos dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2006) que representa o forte número de adolescentes menores de 14 anos que foram abusadas sexualmente no País.

A 4ª pergunta (Em sua opinião as mulheres quilombolas são as mais visadas para práticas de abuso sexual?) foi respondida de forma afirmativa por todas as pesquisadas, pois estas consideraram que as meninas kalunga são colocadas como objeto sexual fácil, pois na maioria das vezes o fato de serem jovens, pobres, negras e sem estudo motiva os agressores ainda mais a procurá-las.

O apontamento dessas entrevistadas de que as meninas kalunga são alvos de abuso sexual é interessante especialmente pelos motivos que são colocados como fatores que condicionam este fator. De certa maneira, podemos refletir sobre a presença da subestimação da mulher, de sua cor, de sua classe social e de seu grau de escolaridade (CHARAM, 1997; MOURA, 1988; CUNHA, 2014). Algo bastante considerável é a falta de estudo, visto que por muitas vezes o meio social pode contribuir para a permanência da visão de que a mulher está voltada para a satisfação sexual masculina e para os afazeres domésticos, não havendo nessa concepção machista o entendimento da necessidade de aperfeiçoamento no aprendizado escolar desta (SILVA, 2013; CUNHA, 2014), o que termina por reforçar a necessidade da

afirmação da escola da própria comunidade em torno da conscientização e da valorização do ensino como direitos de todos (MOLINA, 2010).

Ao ser feita a 5ª pergunta (Em sua opinião quem são os principais infratores, ou seja, quais são os autores dos abusos sexuais às mulheres quilombolas?) as mulheres pesquisadas colocaram que o exemplo de principais infratores estão os sujeitos que as molestaram ainda muito jovens, podendo ser estes homens de posição social representativa na sociedade, como vereadores, políticos em geral, dentistas, comerciantes, e pessoas da própria família ou da comunidade rural onde vivem, como foi demonstrado pela vítima 4, que apontou ter sido abusada pelo próprio pai.

A questão referente aos principais infratores, acaba por reforçar o que o Ministério da Saúde (BRASIL, 2015) destaca como evidentes públicos que molestam as vítimas, de forma que, as jovens responderam a esta pergunta levando em conta as convicções obtidas pelo o que lhes aconteceu no Vão de Almas ou após terem saído da localidade. Mas de qualquer modo, isso reforça que a presença de um homem é destacada sempre como principal nos casos de abuso sexual, o que mais uma vez ajuda a repensar na imposição de gênero neste contexto (CUNHA, 2014).

Quanto a 6ª pergunta (Que fatores você considera que contribuem para o abuso sexual de mulheres negras em sua comunidade? explique o porquê), as respostas das mulheres ajudaram a chegar a conclusão de que, a pobreza, a baixa escolaridade e a necessidade de sair do campo para a cidade são aspectos pontuados pelas mesmas como fatores que contribuem para os abusos, ou seja, para que as meninas kalunga sejam colocadas numa situação de vulnerabilidade, pois estas levaram em conta a situação enfrentada quando sofreram os abusos.

Esta pergunta que também se relaciona com o que é questionado na 4ª pergunta em face dos elementos que podem contribuir para que o problema do abuso sexual de mulheres negras continue a vigorar no cenário do Vão de Almas e na história de pessoas que são oriundas desta localidade (SILVA, 2013). A ideia de que a pobreza e a baixa escolaridade são fatores que potenciam a violência de meninas kalunga do Vão de Almas, serve para refletir na necessidade de que o Estado em suas diferentes esferas se faça presente no eixo educativo e social, promovendo cada vez mais políticas de proteção à criança e ao adolescente Kalunga, especialmente diante de fatos que refletem as evidências da triste realidade que macula as suas

histórias e os seus valores enquanto seres humanos, dignos de respeito e segurança (SILVA, 2013).

Para 7ª pergunta (Você observa alguma ação governamental que visa acabar com o abuso sexual de mulheres em sua comunidade? Explique.) tivemos respostas que ajudaram a entender que atualmente o Conselho Tutelar tem estado mais presente, mas não de forma preventiva, mas este se manifesta mais na busca de levar à justiça os casos de exploração de maneira a tentar sanar a dor de quem já foi ferido com os abusos. Na percepção destas meninas o papel governamental ainda é muito pouco desempenhado.

Não é de se surpreender com o abandono do poder público diante dos casos de abuso sexual de meninas kalunga. De certa forma, a expressão das entrevistadas só mesmo fortalece o que a própria comunidade quilombola do Vão de Almas expressa em várias situações que envolvem a falta de políticas públicas eficazes em benefício do bem estar social das pessoas que ali residem (SANTOS, 2015). Necessita-se ainda de muita luta, da presença da escola (MOLINA, 2010), da Associação Quilombo Kalunga (AQK) e especialmente da Associação Kalunga de Cavalcante (AKC), do poder executivo, legislativo e judiciário que responde pelos interesses da população local, tendo todos a visão de justiça e de prevenção a este crime (ZAVASCHI et al, 1990 apud CHARAM, 1997).

Para a 8ª pergunta (Que tipo de sugestão você enquanto mulher daria para banir o abuso e exploração sexual de mulheres negras em sua comunidade?) foi possível entender que as mulheres pesquisadas, as quais são quilombolas que sofreram situações de abusos sexuais acabaram por demonstrar ter um punhado de ideias advindas de conhecimento de causa que possuem da triste experiência que tiveram.

Assim, essas jovens pontuaram as seguintes sugestões: Ter palestras nas escolas kalunga, ter pessoas orientando sobre o assunto nas casas dos kalunga, o que pode acontecer através dos próprios agentes de saúde das localidades, e ter a polícia sempre rondando as comunidades rurais e urbanas durante algumas vezes no mês.

As sugestões dessas jovens, que já sofreram abuso sexual, robustecem a percepção de que existe necessidade de implementação de políticas públicas na conjuntura dos setores de educação, saúde, e segurança que possam ir de encontro

à comunidade kalunga de forma geral. Assim sendo, a educação do campo nas perspectivas da formação crítica e construtiva do sujeito rural, necessita urgentemente ser implantada nas premissas do ensino no Vão de Almas e também em tantas outras comunidades rurais que sofrem com a falta de atenção ao crime de abuso sexual de menores, de meninas e mulheres negras, pois é por intermédio da educação que os sujeitos são libertados (FREIRE, 1987, MOLINA, 2010; SILVA, 2013).

3.3 ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO: PERCEPÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CAVALCANTE - GO

Para a realização deste trabalho de pesquisa, e inclusive, para saber a percepção que o Ministério Público tem em relação aos casos de abusos sexuais contra mulheres kalunga, praticados no contexto de Cavalcante-GO, de forma que buscou-se saber também sobre as ações e os anseios pertinentes a este órgão frente ao problema social estudado.

A promotora do município de Cavalcante-GO, que autorizou a publicação de seu nome neste trabalho, foi esta representante legal da instituição pública que respondeu às questões colocadas para o Ministério público. Esta profissional, tem 42 anos de idade e atua na promotoria local há 18 anos, de maneira que possui conhecimento amplo da situação inerente aos casos de abuso sexual na localidade.

A primeira questão colocada perante a promotora (Explique o que é o abuso sexual na visão do Ministério Público?) foi respondida da seguinte forma:

Toda a violação de punho sexual que envolve mulheres, homens e crianças, que afronta a legislação afronta a dignidade humana, não importa quem seja a vítima e nem o agressor.⁷

A percepção da promotora em relação a definição de abuso sexual não foge ao que Charam (1997) e Silva (2013) consideram dentro da percepção deste crime, visto que este é observado por todos como uma forma de ferir aos direitos da pessoa humana.

Para a segunda questão (Em sua localidade de atuação (Cavalcante-GO), existem casos dessa espécie? Qual o quantitativo? Explique.) a promotora pontuou que:

⁷ Entrevista Concedida por Úrsula Catarina Fernandes da S. Pinto, setembro de 2015.

Existem sim. Há ainda outros casos que estão sendo apurados, sendo que 07 encontram-se em processo de investigação de inquérito policial.⁸

A presença de casos de abuso sexual em investigação pelo Ministério Público, conforme expressa a promotora, são evidências de que é preciso a atenção governamental para esta situação no contexto do município de forma geral, pois não se trata de uma hipótese, mas de uma realidade (MOURA, 1988).

Na terceira questão (Qual é a faixa etária, cor/raça, e localidade dessas mulheres?) a promotora observou que grande maioria das vítimas de abuso sexual em Cavalcante – GO são menores de idade, tendo idades inferiores a 14 anos, mas há muitos casos de estropos que envolvem mulheres adultas.

Quanto a faixa etária das vítimas, a representante colocou que a cor é um fator bastante variado nos casos, fazendo-se importante considerar que, a legislação não vislumbra o fato de ser ou não quilombola como agravante do abuso sexual. Nesse sentido, pode-se entender que, o abuso sexual é algo que avaliado de forma geral para todos os casos e para todas as raças ou etnias existentes no País (BRASIL, 2006; CHARAM, 1997).

O que a promotora coloca fortalece especialmente a questão da violência sexual em torno do gênero e também da idade das vítimas, o que se remata nas observações de Cunha (2014) no que tange as formas superiorização do que se considera mais forte sobre aquele que é visto como mais fraco. E neste caso, o que se percebe é as vítimas são mulheres, e ainda por cima, a maioria ainda são crianças ou adolescentes.

Para a quarta questão (Em sua opinião as mulheres quilombolas são as mais visadas para práticas de abuso sexual em sua comunidade? Explique.) a promotora posicionou-se da seguinte forma:

Sim, esclarecendo não haver uma divisão na comunidade local entre mulheres quilombolas e não quilombolas, de forma que isso acontece especialmente porque essas mulheres, em maioria, tem falta de conscientização, de informação e de estudo⁹.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

O apontamento da promotora dialoga em muito com que as próprias vítimas entrevistadas neste estudo afirmam em relação a maior predisposição de meninas quilombolas (kalunga) serem os principais alvos dos crimes de abuso sexual, e mais uma vez a questão da baixa escolarização é colocada como elemento que fortalece a vulnerabilidade social dessas mulheres. A partir disso, precisa-se compreender que, o papel da escola local precisa fortalecido, de maneira que, torna-se essencial uma educação que considere os problemas sociais e que ajude a solucioná-los, possibilitando a transformação do espaço onde a escola está inserida (MOLINA, 2010).

Quanto a quinta questão (Em sua opinião quem são os principais infratores, ou seja, quais são os autores dos abusos sexuais às mulheres quilombolas?) a promotora enfatizou o seguinte:

Os próprios familiares (padrasto, tio, primos). De todos os casos somente 02 foram de pessoas de fora (de pessoas da cidade) que estavam abrigando as meninas.¹⁰

O posicionamento desta representante tem relação com o que aponta o Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), na reflexão sobre os principais infratores no crime de abuso sexual. A promotora termina por reforçar também o que as jovens entrevistadas salientaram em seus argumentos, de forma que pessoas muito próximas às vítimas são consideradas na prática deste ato criminoso, o que é um fato deprorável.

Em relação a sexta questão (Que fatores você considera que contribuem para o abuso sexual de mulheres negras em sua comunidade? Explique o porquê disso) a promotora pontuou que:

A ausência absoluta de políticas públicas na região, falta de rede de proteção às vítimas, além de:

- Falta de juízes, delegados, psicólogos;
- Falta de continuidade das ações pelo NEAM;
- Falta de um 6º secretário de saúde e de educação;
- Descontinuidade dos programas;
- Lei do silêncio ainda impera (agressores por serem da família);
- Falta de escolas de ensino médio (bem estruturadas);
- Opções de lazer – outra opção de vida;¹¹

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

A representante do Ministério Público destaca vários elementos que potencializam o crime de abuso sexual contra meninas kalunga, e estes ajudam a refletir sobre a existência de um problema conjuntural que gira em torno das políticas públicas de educação, saúde, assistencialismo, trabalho, e entre outros fatores que possam melhorar a vida das pessoas que estão no ambiente rural quilombola (SANTOS, 2015; COSTA, 2013).

Quanto a sétima questão (Você observa alguma ação governamental que visa acabar com o abuso sexual de mulheres em sua comunidade, inclusive ações do Ministério Público de Goiás e da Prefeitura Municipal? Explique) a promotora posicionou-se da seguinte forma:

Sim.

- 1- O programa “Bem Educar”, que está em execução desde 2010.
- 2- A PUC de Goiás - integrante da Aldeia Juvenil;
- 3- Psicóloga do Ministério Público;
- 4- Ações nas escolas, filmes, rodas de conversa;
- 5- Paineis expostos nas escolas de Cavalcante;
- 6- Solicitação de quadra esportiva para alunos de Cavalcante;
- 7- Orientação para os conselheiros (Conselho Tutelar).¹²

Observa-se que, as propostas desta representante pública são importantes armas que podem servir de base para o setor educativo local na luta pela conscientização e combate ao abuso de meninas kalunga, especialmente no Vão de Almas, onde a vulnerabilidade social é ainda maior do que em outras localidades do município de Cavalcante.

Para a oitava e última questão (Que tipo de sugestão você daria para banir o abuso e a exploração sexual de mulheres negras em sua comunidade?) a promotora manifestou que, a maior presença do Estado, a melhoria na qualidade de vida dos quilombolas que se fundamenta com o acesso a informação e educação são aspectos que podem ajudar a banir os atos de exploração sexual contra mulheres negras ou não, no contexto social do município de Cavalcante – GO. A reflexão da promotora fortalece a percepção de que esta enquanto representante do poder público judiciário compreende a necessidade de que o ensino é um fator crucial na luta contra o abuso sexual de meninas kalunga, tal aspecto pode ser utilizado como apoio para a luta e superação deste crime no ambiente escolar e na efetivação de uma educação do campo transformadora (MOLINA, 2010).

¹² Ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou um breve diálogo sobre a dinâmica dos crimes sexuais contra menina na/da comunidade kalunga Vão de Almas.

Contanto, verificou-se que existe neste contexto uma diversidade de casos de exploração sexual contra meninas negras, de maneira que vários são os mecanismos que favorecem a ocorrência destes casos, entre esses a baixa escolaridade das vítimas, a falta de informação, a falta da ação pública no processo de fiscalização e vigilância, a descontinuidade das atividades educativas, preventivas e remediadoras do problema e entre outros aspectos que contribuem para a prevalência dos casos na região.

Em se tratando da Educação do Campo, por intermédio de autores como Molina (2010), Brasil (2004), e entre outros, como o Ministério Público de Cavalcante, representado pela promotora Úrsula Catarina, foi concebido que a escola local precisa exercer um papel conscientizador dos sujeitos do campo, fazendo com que os mesmos se tornem capazes de fazer valer os seus direitos perante a sociedade.

Nesse sentido, lutar contra os casos de abusos sexuais é uma forma de emancipação do sujeito do campo, sendo preciso que professores, diretores, alunos, famílias, entidades públicas, entre elas o Ministério Público, as demais unidades escolares do contexto urbano, a prefeitura, a câmara dos vereadores, e etc. se movam em busca de um mesmo ideal, que é o de banir este crime tanto do contexto quilombola, quanto do contexto de todo o município de Cavalcante.

Portanto, a luta contra o abuso sexual de meninas Kalunga é algo que precisa ser fortalecida, fazendo com que haja maior ênfase desta questão na sociedade local, de forma a apoiar na manifestação e resolução dos casos, fazendo-se valer o princípio dignidade humana, retirando-se as amarras do desrespeito às pessoas dessa comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. **Territórios de Quilombolas**: pelos vãos e serras dos Kalungas de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. Revista Ateliê Geográfico – edição especial, Goiânia, v.1, n.9, p.43, 2010.

AZEVEDO, Maria Amélia, et al. **Crianças Vitimadas**: A síndrome do pequeno poder. 2ª Ed. São Paulo: Iglu, 2000.

BRASIL. A Escola Interrompendo o Ciclo da Violência Sexual, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/guiaescolar/guiaescolar_p029_037.pdf. Acesso em: 10 de Nov. 2015

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**. Sentença dos autos nº 201000332866. Julgamento realizado em 19 de junho de 2015.

BRASIL. **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Brasília : OIT, 2006. 80 p.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHARAM, Isaac. **O estupro e o assédio sexual**: como não ser a próxima vítima. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Vilmar Souza. **A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga**. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial á obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área da Ciência da Natureza e Matemática. Planaltina/DF: UnB, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7260/1/2013_VilmarSouzaCosta.pdf. Acesso em: 10 de ago. de 2015.

CRESWELL, Jonh W. Projeto de Pesquisa: **Método Qualitativo, Quantitativo e misto**. 3ª Edição. Porto Alegre, Artmed, 2010, 296p.

CROCHIK, José Leon; FERNANDES, Aline Mossmann. **Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**: enfrentamento e crítica. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011, 187.

CUNHA, Bárbara Madruga da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectivas de combate à violência de gênero. Artigo Classificado em 7º lugar na XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 1987, 934p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, pp. 61-73, junho de 2014.

JORNAL TRIBUNA NEWS. **Prefeitura de Cavalcante se prontifica a atender medidas para reforçar combate a abusos contra crianças**. In: Jornal Tribuna News, Ano 28, nº 400, 25 de abril a 25 de maio de 2015.

MAGALHÃES, Nancy A.; NUNES, José Walter; PAIVA – CHAVES, Teresa. **“Memória e história: diálogo entre saberes”**. Revista Participação, nº. 02. Brasília: Decanato de Extensão/ UnB, 1997.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão** organizadora. – Brasília: MDA/MEC, 2010.

MOURA, Clóvis. Miscigenação e Democracia racial: Mito e Realidade. In: MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988, ps.61-108; 219-250.

SILVA, Joelma Rodrigues da. **“Amordaçadas e ruidosas: um estudo sobre estupro, assassinato e santidade de meninas no Brasil”** – 1973/1996. 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.

OLIVEIRA, Almir Almeida de. **Observação e entrevista em pesquisa qualitativa**. Revista FACEVV | Vila Velha | Número 4 | Jan./Jun. 2010 | p. 22-27.

ROCHA, Eliane De Souza. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes** – um crime silencioso. Monografia apresentada à Universidade Federal de Roraima, Departamento de Comunicação Social, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharelado em Comunicação Social. Bela Vista/RR: 2004, 70p.

SANTOS, Maria Pereira Dos. **O envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos: um estudo no contexto da escola santo Antônio do Vão de Almas - GO**. Monografia apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), da Faculdade UnB de Planaltina – FUP/UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens. Planaltina/DF: UnB, 2015.

SARAIVA, Regina Coelly – História, memória e identidade. Brasília: UnB, 2010.

SILVA, Joelma Rodrigues da. **Sobre Mulheres e Destino**. 1980, 16 p.

SPIELBERG, Steven. **A Cor Púrpura**. Estados Unidos, 1985. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uknT0QdiRww>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Questionário (Mulheres quilombolas)

Sou Halanna Ferreira da Silva, estou cursando o 8º período do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) pela UnB. Gostaria de contar com a sua colaboração para responder a este questionário que tem por objetivo abordar o tema **do meu Trabalho de Conclusão de Curso** “Abuso Sexual de Meninas Kalunga”

Pergunta de filtro: Você pertence a comunidade kalunga? () Sim () Não

IDENTIFICAÇÃO

a). Nome: _____ () anônimo

b). Idade: _____

c). Sexo: () M () F

d). Grau de Escolaridade:

() Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto

() Ensino Superior completo () Ensino Superior completo () Nenhum

e). Renda:

() Nenhuma () Menos de um Salário Mínimo () Entre um e três salários mínimos () Mais de três salários mínimos

f). Município onde reside _____ Cidade () Campo ()

g).Função/ocupação: _____

Levantamento de dados de campo

01). Você já ouviu falar em abuso sexual? Explique.

02). Você já sofreu algum tipo de abuso sexual ou conhece algum caso dessa espécie em sua localidade? Explique.

03). Qual é a faixa etária dessas mulheres?

04). Em sua opinião as mulheres quilombolas são as mais visadas para práticas de abuso sexual?Explique.

05). Em sua opinião quem são os principais infratores, ou seja, quais são os autores dos abusos sexuais às mulheres quilombolas?

06). Que fatores você considera que contribuem para o abuso sexual de mulheres negras em sua comunidade? Explique o porquê.

07) Você observa alguma ação governamental que visa acabar com o abuso sexual de mulheres em sua comunidade? Explique.

08) Que tipo de sugestão você enquanto mulher daria para banir o abuso e exploração sexual de mulheres negras em sua comunidade?

Apêndice 2 - Questionário (Ministério Público de Cavalcante-GO)

Sou Halanna Ferreira da Silva, estou cursando o 8º período do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) pela UnB. Gostaria de contar com a sua colaboração para responder a este questionário que tem por objetivo abordar o tema **do meu Trabalho de Conclusão de Curso** “Abuso Sexual de Meninas Kalunga”.

Pergunta de filtro: Você pertence ao Ministério Público? () Sim () Não

IDENTIFICAÇÃO

a). Nome: _____ **() anônimo**

b). Idade: _____

c). Sexo: () M () F

d). Grau de Escolaridade:

() Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto

() Ensino Superior completo () Ensino Superior completo () Nenhum

e). Renda:

() Nenhuma () Menos de um Salário Mínimo () Entre um e três salários mínimos () Mais de três salários mínimos

f). Município onde reside _____

g). Função/ocupação: _____

Levantamento de dados de campo

01). Explique o que é o abuso sexual na visão do Ministério Público.

02). Em sua localidade de atuação (Cavalcante-GO), existem casos dessa espécie? Qual o quantitativo? Explique.

03). Qual é a faixa etária, cor/raça, e localidade dessas mulheres?

04). Em sua opinião as mulheres quilombolas são as mais visadas para práticas de abuso sexual em sua comunidade? Explique.

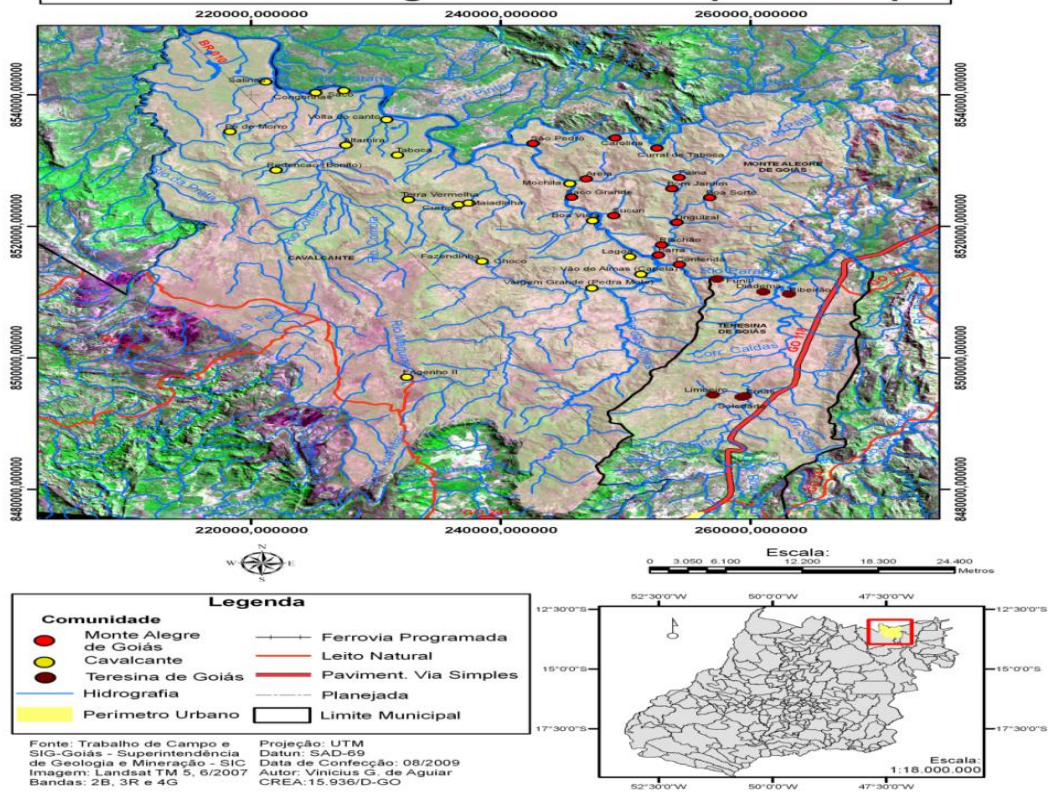
05). Em sua opinião quem são os principais infratores, ou seja, quais são os autores dos abusos sexuais às mulheres quilombolas?

06). Que fatores você considera que contribuem para o abuso sexual de mulheres negras em sua comunidade? Explique o porquê disso.

07) Você observa alguma ação governamental que visa acabar com o abuso sexual de mulheres em sua comunidade, inclusive ações do Ministério Público de Goiás e da Prefeitura Municipal? Explique.

08) Que tipo de sugestão você daria para banir o abuso e a exploração sexual de mulheres negras em sua comunidade?

Sítio Histórico Kalunga: Comunidades por Município



Mapa do sítio histórico. Fonte: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1314303823_ARQUIVO_SITIOHISTORICO_OKALUNGA.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2015.